

# ação na mídia

Análise da cobertura de educação



Edição nº 25 - 18 de janeiro de 2008

veja as  
edições  
anteriores

## Jornais não buscam explicações conjuntas para queda em matrículas e falta de vagas

Na primeira quinzena de janeiro, jornais nacionais e regionais destacaram a queda no número de matrículas na educação pública, identificada pela divulgação dos resultados do Censo Escolar 2007. Em geral, abordaram a suspeita levantada pelo Ministério da Educação: os censos anteriores estavam inflados, havia duplicidade de matrículas, por falha técnica ou por fraude para receber mais recursos federais. Segundo o MEC, o cadastro do censo escolar agora passa a ser feito por aluno (e não mais por escola) e deve informar dados pessoais do aluno.

Com algumas variações, esse foi o tom das matérias publicadas nos dias 10 e 11 de janeiro. O *Globo* destacou ainda as explicações do ministro Fernando Haddad, que também enfatizou “que a taxa de escolarização tem aumentado no país, apesar da redução do número de matrículas na educação básica” e que mesmo assim são cerca de 3,5 milhões de crianças e jovens fora da escola. O *Estado de S. Paulo* deu mais espaço aos argumentos de gestores municipais “que questionam números de censo do MEC”, dizendo que há erros.

Já o *Correio Braziliense* destacou que a Controladoria-Geral da União deve investigar a possibilidade de cadastro de escolas fantasmas por parte de Estados e Municípios. O assunto também rendeu reportagens no *Jornal do Comércio*, em *O Estado de Minas* e no *Zero Hora*, entre outros. Os três, claro, apresentaram os dados nacionais e os dos respectivos Estados.

É interessante observar que no mesmo período foram várias as matérias sobre falta de vagas em escolas brasileiras, todas pontuais e sem continuidade na cobertura. As reportagens tampouco relacionaram a falta de vagas com os dados nacionais divulgados pelo MEC sobre a redução do número de matrículas e aumento da escolarização de crianças e jovens.

Nos dias 4 e 5, o *Jornal de Brasília* relata as dificuldades de quem não conseguiu vaga para estudar por meio do sistema de Telematrícula e de mães da periferia do Distrito Federal de matricularem seus filhos em unidades próximas às suas casas. Em 8 de janeiro, o cearense *Diário do Nordeste* publicou uma denúncia do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (Cedeca) sobre falta de vagas nas redes estadual e municipal de Fortaleza. No dia seguinte, o paraense *O Liberal* relata a falta de vagas na educação infantil e no ensino fundamental no município de Ananindeua. Já *O Globo*, em 11 de janeiro, conta que pais dormiam em porta de escolas municipais cariocas para tentar garantir vaga para os filhos.

Ainda o Fundeb

Um ano de vigência e o Fundeb parece ter saído da pauta dos meios de comunicação. Nesse período, apenas *O Globo*, no dia 6 de janeiro, publicou uma

extensa matéria sobre tramitação no Congresso Nacional do Projeto de Lei que cria o piso salarial nacional para os professores, que deve ser pago com recursos do Fundeb. A reportagem também conta as dificuldades de professores de redes públicas do Rio de Janeiro que vivem em favelas e recebem menos que R\$ 950 mensais, valor do piso em discussão na Câmara dos Deputados, enfrentam para manter-se atualizados.

Há, entretanto, muitos pontos a serem investigados. É preciso, por exemplo, averiguar o impacto do novo fundo em estados e municípios com relação às diversas modalidades e níveis de ensino. Aumentou e/ou melhorou a oferta na educação infantil, ensino médio e educação de jovens e adultos (EJA), que estavam fora do Fundef?

Nenhuma matéria até agora evidenciou que os valores repassados pelo governo federal, segundo cada aluno matriculado, não necessariamente precisam ser investidos naquela mesma modalidade. Ou seja, os gestores são livres para gastar os recursos do Fundeb em toda a educação básica. Pesquisadores do campo da EJA já demonstram preocupação com a possibilidade de diminuir o investimento nessa modalidade e o direcionamento de seus recursos para, por exemplo, a educação infantil, cuja pressão social por expansão de vagas é mais forte.

Também passou sem o destaque que mereceria uma alteração no decreto de regulamentação do Fundeb, feita pelo governo federal em novembro. Trata-se de uma mudança que permite que instituições como as Apaes (Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais) sejam consideradas escolas regulares. Com isso, fica dispensada a necessidade de se matricular os alunos e alunas com deficiência na escola comum.

## além da pauta

**Posicionamento** da Campanha Nacional pelo Direito à Educação sobre alteração no atendimento de alunos com deficiência no Fundeb.

Maria Clara Di Pierro – professora da Faculdade de Educação da USP  
Especialista em financiamento e políticas de educação de jovens e adultos  
[mcpierro@uol.com.br](mailto:mcpierro@uol.com.br)

Juca Gil – doctor em Educação pela USP, sua tese foi sobre o controle social no Fundef.  
[jucagil@uol.com.br](mailto:jucagil@uol.com.br)

Boletim quinzenal produzido pelo Observatório da Educação  
Contato: fone (11) 3151-2333, ramais 175 e 170  
Equipe: [Mariângela Graciano](#) (coordenação), [Marina Gonzalez](#) (redação) e [Fernanda Campagnucci](#).

